

Abuso Sexual Intrafamiliar: Concepções de Profissionais que Atendem Crianças que Foram Vítimas de Abuso

Renata Schroeder Laner¹
Denise Falcke²

Resumo

O abuso sexual intrafamiliar é um fenômeno complexo, que pode acarretar consequências graves para o desenvolvimento infantil. Este trabalho buscou investigar as concepções de profissionais que atendem vítimas de abuso sobre esta realidade. Foi realizado um estudo qualitativo, com delineamento exploratório. Participaram cinco profissionais que trabalham em dois abrigos estaduais do município de Porto Alegre. Eles responderam uma entrevista semi-estruturada, na qual avaliaram a dinâmica familiar de crianças abusadas sexualmente por seu(s) familiar(es). Os dados foram trabalhados por análise de conteúdo. Os resultados revelaram que os profissionais possuem concepções equivocadas com relação à dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, especialmente no que se refere às características da vítima e do abusador, e revelam sentimentos que podem dificultar o manejo das situações com as quais se deparam. Evidenciou-se a necessidade de intervenções de cuidado com o cuidador, para que os profissionais possam ser acolhidos em suas angústias e fortalecidos em suas atividades profissionais.

Palavras-chave: Abuso Sexual; Incesto; Abrigo.

Intrafamilial Sexual Abuse: Conceptions of Professional who Treat Children who have been Abused

Abstract

The intrafamilial sexual abuse is a complex phenomenon that causes serious consequences for child development. This work aimed to investigate the views of professionals that work directly with child victims of sexual abuse about this reality. A qualitative study was conducted. The exploratory study included five professionals that work in two state shelters in the city of Porto Alegre. They answer a semi-structured interview, which was identified as they assess the family dynamics of children sexually abused by their(s) family member(s). Interview data were processed through content analysis. The results revealed that professionals have misconceptions regarding the dynamics of intrafamilial sexual abuse, especially with regard to the characteristics of both victim and abuser. Furthermore, they show feelings which may complicate the management of situations they faced. The results show the need for interventions in the direction of care for the caregiver, so that professionals can be accommodated in their distress and strengthened in their professional activities.

Key-words: Sexual Abuse; Incest; Shelter.

Dados estatísticos têm evidenciado o quanto nosso país está servindo de palco para a violência contra crianças e adolescentes. Há registros referentes à violência, apontando que 96% dos casos de violência física e 64% dos casos de violência sexual, são cometidas por familiares, vitimizando, principalmente, crianças de até seis anos de idade (UNICEF, 2011). Baptista, França, Costa e Brito (2008) dizem que vem ocorrendo um aumento da frequência deste tipo de violência, proporcionando dor e sofrimento a todos envolvidos. Deve-se considerar ainda que os dados

estatísticos referentes à violência são subdimensionados, tendo em vista que muitos casos nem chegam a ser denunciados devido à fragilidade dos registros nos sistemas. Em se tratando de violência doméstica sexual ainda existe o denominado "complô de silêncio" que dificulta a denúncia (UNICEF, 2011). Braun (2002) expõe que, na maioria das vezes, essa violência fica sem registro em virtude do medo que a criança ou o adolescente sente pelo mal que pode lhe ser causado ao quebrar esse segredo.

1 Psicóloga, formada pela Unisinos. E-mail: relaner@gmail.com

2 Doutora em Psicologia, Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Terapeuta de Casal e Família. E-mail: dfalcke@unisinos.br

A violência sexual contra as crianças consiste em um ato ou jogo sexual em que o adulto coage a criança ou adolescente a estimulá-lo sexualmente, podendo ser realizada com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto, lembrando que o adulto é sempre ré e a criança vítima (Caminha & Flores, 1994). Esta realidade não faz parte de determinados âmbitos sociais; tampouco é privilégio de um ou outro grupo da sociedade, e traz conseqüências de diferentes naturezas, sejam físicas, psicológicas e/ou sociais (Braun, 2002). Pelisoli, Teodoro e Dell'Aglio (2007) sugerem que uma família disfuncional, em que o abuso sexual faz parte de seu contexto, pode contribuir para que a criança abusada tenha sentimentos de menos valia, raiva, baixa auto-estima, agressividade exacerbada. Sentimentos e comportamentos que aparecem não só no meio familiar, mas na escola e em qualquer outro contexto do qual a criança faça parte.

O envolvimento dos profissionais da saúde e o cumprimento dos aspectos normativos são de fundamental importância para trabalhar com os casos de abuso sexual, porque envolve aspectos legais e psíquicos tanto da vítima, do(a) abusador(a), quanto da família envolvida, começando pela denúncia e complementando com tratamento terapêutico e outras ações que sejam necessárias (Furniss, 1993). Unindo-se estes conhecimentos às tecnologias diferenciadas e específicas dos profissionais responsáveis e atuantes no campo referente à atenção e à saúde, e interligando esta atuação a outras iniciativas, se produz a construção de redes de atenção aos adultos, às crianças e aos adolescentes submetidos à violência doméstica e sexual. Estas redes em questão devem atuar conjuntamente com o sistema de proteção de direitos de crianças e adolescentes, formando uma trama constituída em virtude de tal proteção (Brasil, 2006). Sendo assim, o objetivo deste estudo é conhecer as concepções de profissionais da saúde sobre como se dá a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, visando o planejamento futuro de intervenções para favorecer o trabalho dos profissionais que estão atuando diretamente com crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, em virtude de aprimorar o atendimento oferecido às mesmas.

Abuso sexual intrafamiliar

O abuso sexual intrafamiliar é equivalente ao incesto. Tem sua ocorrência dentro da própria família. A pessoa incestuosa sente atração pela criança, com quem possui algum grau de parentesco (Caminha & Flores, 1994). É característico nas famílias disfuncionais, havendo possibilidade de histórias de violência doméstica sofrida pelo abusador, pai e/ou mãe ou ainda cuidadores negligenciados por suas famílias de origem, bem como histórico de dependência química (Silva & Kein, 1999).

A vítima, perante sua inocência, pode não ter noção de tal realidade, entendendo que o ocorrido se dá como algo natural, por não ter desfrutado de uma realidade diferente da que está inserida. Pode sentir-se acuada em virtude do medo, permanecendo em silêncio. O silêncio é imposto por seu agressor, ou até mesmo pelo outro progenitor, que deveria exercer um papel de cuidador, mas acaba gerando uma situação em que não há proteção e reparação dos danos causados à criança. As testemunhas que se configuram como ouvintes ou até mesmo presenciais, muitas vezes se omitem em função das mesmas questões sofridas pela criança ou em virtude de uma ignorância perante a possível realidade (Almeida-Prado & Feres-Carneiro, 2005).

Conforme os escritos de Mees (2001), o abuso sexual costuma começar na infância, ainda antes da puberdade, quando os pais obrigam e/ou seduzem seus(suas) filhos(as) a situação em referência. Tal acontecimento traz consigo uma distorção dos papéis familiares. Como conseqüência, mostra uma importante realidade vivida na atualidade, em que inúmeras famílias têm sua responsabilização transferida para agentes dos serviços de saúde e organizações dirigidas à proteção das crianças e adolescentes.

Incesto, nos primeiros anos de vida, pode levar a baixa auto-estima de uma pessoa e esta não se permite o autocuidado além de se eximir do direito de ser cuidada, excluindo a possibilidade da valorização de seu corpo e sua dignidade, podendo fazer disso um caminho para a permissão e a exploração sexual. Dentre as possíveis conseqüências do incesto são citados efeitos prejudiciais para criança, tanto no âmbito comportamental como psicológico ou físico (Amazarray & Koller, 1998; Silva & Kein, 1999). Nesse sentido, conforme Prado e Pereira (2008), pode-se considerar que existem

fatores traumáticos internos e externos envolvidos como conseqüência do abuso sexual que a criança pode passar.

No que diz respeito ao perfil dos abusadores, estes não têm "cara" e, na grande maioria das vezes, não é possível identificá-los com uma simples convivência (Perrone & Nannini, 2007; Salter, 2009). As pessoas que abusam podem muito bem estar de acordo com as outras tantas leis que regem a sociedade e serem educadas, prestativas, atenciosas para com os outros (Salter, 2009). Confrontando com Salter (2009), Perrone e Nannini (2007) descrevem, além desse, outro perfil de abusador, em que o mesmo mostra-se uma pessoa agressiva, expondo sua força e virilidade de modo caricaturesco.

No que diz respeito à intergeracionalidade, segundo Weber, Selig, Bernardi, Salvador e Paraná (2006), pesquisas que investigaram a continuidade dos estilos parentais através das gerações concluíram que ela foi evidenciada em 91,7% dos casos. Pode-se fazer uma ligação com a teoria que propõe que as pessoas internalizam as experiências com seus significantes na forma de modelos de relacionamento e que estes, uma vez formados, são resistentes a mudanças. No caso da elaboração do trauma do abuso sexual não ter acontecido de forma saudável, pode se dar o mecanismo de repetição, colocando a vítima de abuso sexual no lugar de abusadora, em um processo de identificação com o agressor (Gomes, 2005; Penso & Neves, 2008). Segundo Jesus (2006), pesquisas mostram que de oito crianças abusadas, uma repetirá este padrão de comportamento. O autor sugere que um sujeito ofendido em sua infância, que se torna ofensor na vida adulta, comete a violência por não ter percebido seu sofrimento de forma consciente, havendo a possibilidade da violência sofrida por este sujeito influenciar na forma como ele cometerá o abuso.

Uma criança que tem a chance de ressignificar o abuso pode não repetir sua história com outras crianças e não ser um adulto autor da vitimização de uma ou algumas infâncias. Penso e Neves (2008) vêm ao encontro dos escritos de Jesus (2006), ao afirmar que o trabalho terapêutico pode colaborar na reelaboração dos papéis familiares. Ao colocar em pauta os profissionais que trabalham com crianças que sofreram abuso sexual em suas famílias, Brino e Williams (2003) alertam para a importância de capacitação destes para trabalharem com esta questão tão complexa que vem afetando infâncias e todos que as rodeiam, desde suas famílias até diferentes profissionais que não imaginariam se deparar com tal realidade. Caminha & Flores (1994) revelam-nos que se observa um despreparo generalizado no manejo e tratamento destes casos, por parte das instituições, profissionais da área da saúde, juristas e toda a diversidade de profissionais que atuam diretamente com a infância abusada. Ressaltando a complexidade do trabalho necessário, Furniss (1993) salienta que este trabalho é de âmbito multidisciplinar, por estarem lidando com questões que abrangem aspectos legais e psicológicos. Entende-se que aqueles que se encontram ativamente diante deste tipo de trabalho devem saber da importância da cooperação de cada profissional com um profundo conhecimento na sua área de atuação específica e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da indispensável atuação de todos envolvidos em que os conhecimentos perpassam suas áreas para melhor trabalharem com as vítimas e suas famílias, em virtude da complexidade envolvida neste trabalho que é, ao mesmo tempo, de todos e de cada um.

Tendo em vista que um dos tipos de maus-tratos mais freqüentes contra crianças é o abuso sexual intrafamiliar (Amazarray & Koller, 1998) e que este vem aumentando (Baptista et. al., 2008), tornam-se relevantes as pesquisas que exploram esta realidade, principalmente considerando os profissionais que trabalham diretamente com essas crianças. Isso porque é evidente a necessidade de que eles possam melhor entender a dinâmica de funcionamento de uma família abusadora e o impacto que pode causar no desenvolvimento infantil, com o objetivo de que consigam interagir profissionalmente com as vítimas, e por vezes com suas famílias, da melhor forma possível. Buscando compreender essa realidade, o presente estudo objetivou compreender como profissionais que trabalham com crianças vítimas de abuso sexual avaliam a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar. Mais especificamente, visou-se conhecer como os profissionais descrevem as vítimas, os abusadores e o outro progenitor da criança nas situações de abuso sexual intrafamiliar, investigar quais as possíveis conseqüências, na visão dos profissionais, que o abuso sexual acarreta para o desenvolvimento infantil e analisar como os profissionais se sentem no acompanhamento de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Método

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, transversal, com delineamento exploratório.

Participantes

Participaram da pesquisa cinco profissionais (três agentes educadores, um psicólogo e um assistente de direção) que trabalham em dois abrigos estaduais do município de Porto Alegre. Foi realizado um sorteio dentre todos os profissionais. Cinco profissionais sorteados não se dispuseram a participar do estudo, o que já pode estar refletindo a dificuldade com relação ao tema pesquisado e talvez ao receio de que estivessem sendo avaliadas as suas práticas profissionais. Após novo sorteio, os que participaram, um homem e quatro mulheres, se caracterizaram por ter entre 25 e 60 anos e, em média, 15 anos de experiência profissional na sua área de atuação.

Instrumentos

Foi realizada entrevista semi estruturada que abrangeu as seguintes questões: Como você descreve a vítima do abuso sexual e sua família? Quais as possíveis consequências que o abuso sexual pode acarretar na vida dessa criança? Como você se sente trabalhando diretamente com crianças que sofreram abuso sexual intrafamiliar?

Procedimentos éticos e de pesquisa

Inicialmente, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Unisinos (parecer 11/152). Foi realizado o sorteio dos profissionais e entregue a cada participante selecionado, que aceitou participar do estudo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – ANEXO A). Após assinatura do TCLE, foi realizada a entrevista.

Análise dos dados

Os dados das entrevistas foram examinados por meio de análise de conteúdo composta por três etapas: 1. pré-análise; 2. exploração do material; 3. tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 1977).

Resultados e discussão

A partir da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, foram identificadas cinco categorias, que serão descritas a seguir:

1) Características das vítimas de abuso sexual: abrange os conteúdos expressos pelos participantes que se referem às características que observam nas vítimas de abuso sexual com as quais trabalham. Foram ressaltadas características como tristeza por estar à mercê de outra pessoa ("a vítima é uma pessoa que fica a mercê de uma outra pessoa e que muitas vezes não sabe o que fazer, não toma uma providência e fica passando por isso durante muito tempo, muito triste...fica a mercê, né, daquela pessoa" P1), revolta ("um tipo de revolta, são mais revoltados, mas nem sempre, não é uma regra" P3), ficar em posição de silêncio ("às vezes eles são mais quietos, né..." P3), hipersexualização ("percebo é sexualidade alterada, aparentemente, né... questões sexuais mais afloradas, interesse e dificuldades com algumas brincadeiras sem levar pra conotação sexual" P2).

As características apontadas pelos participantes corroboram com os dados da literatura na medida em que Braun (2002) fala que a criança vítima deste abuso pode não denunciar o abuso em função de ter medo de destruir sua família, sentindo-se culpada por tal consequência, ficando mais quieta, mantendo-se em silêncio. No que diz respeito à hipersexualização, Furniss (1993) observa que o desenvolvimento sexual é afetado entendendo que a criança que foi abusada sexualmente, por ter sido obrigada a se deparar com a sexualidade do adulto, pode apresentar comportamentos erotizados. Algumas outras características das vítimas de abuso sexual ressaltadas na literatura não foram apontadas pelos participantes, como por exemplo a baixa autoestima que a criança pode apresentar, por sentir-se desvalorizada ao ser envolvida em tal situação (Amazarray & Koller, 1998).

A participante 4 refere que existem diferentes características em vítimas de abuso sexual ("tem muitos tipo diferentes de pessoas abusadas"). Segundo ela, é possível reconhecer dois grupos, um em que "eles aprenderam e pra eles é normal e outros, outros tipos de crianças que eles realmente têm

aversão" (P4). A participante indica maior preocupação com o primeiro grupo ("O que me preocupa é esse outro tipo que acostuma e fica até participando... ham... e feliz com isso, né. Vamos dizer assim, pra eles é normal, a vida normal é essa... são abusados e, acho que é isso é muita coisa assim que tem, tem muitos tipo diferentes de pessoas abusadas" P4). Através da fala dessa participante, ficam evidentes concepções equivocadas sobre a dinâmica do abuso sexual infantil ao considerar que a criança fica participando e é feliz com o abuso sofrido. É importante considerar que, conforme os escritos de Amazarray e Koller (1998), a criança, ao fazer parte da dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, não pode ser vista como responsável por estar neste lugar. Essa situação descrita pela participante de algumas crianças considerarem "normal" participar desta dinâmica, corrobora com os dados dos estudos de Almeida-Prado e Feres-Carneiro (2005) que assinalaram que, dentre os fatores colaboradores para continuação do abuso sexual, é identificado que, algumas crianças, por não terem vivido outra realidade que não seja a dinâmica abusiva, podem achar normal tal situação, dificultando a identificação dos fatos, o que não a exime do sofrimento e das possíveis consequências psíquicas. Nesse sentido, o "achar normal" é diferente do participar e sentir-se feliz com a situação, pois essa não é uma escolha da criança, mas uma realidade que lhe é imposta e da qual ela não possui condições de romper.

2) Características dos abusadores: abrange os conteúdos expressos pelos participantes que se referem às características que entendem ser dos abusadores. Os participantes 2 e 5 falam sobre o mesmo entendimento ("não tenho opinião bem formada sobre isso, só o que a gente ouve que, com certeza, muitas vezes, aquele que é abusador já passou por abuso e mais nada, só isso." P2; "aquele que foi vítima muitas vezes no seu desenvolvimento se identifica com o agressor e se torna depois a pessoa que vai também repetir com outras pessoas" P5), sendo possível aliar a teoria ao entendimento de ambos os participantes, ao utilizarmos o conhecimento de intergeracionalidade descrito por Gomes (2005), explicando que há uma construção de subjetividade na elaboração do trauma sofrido em virtude do abuso sexual e, na hipótese desta elaboração não ter se dado de maneira saudável, há grande possibilidade de se instaurar o mecanismo de repetição.

A participante 4 fala sobre a possibilidade de o abusador ser ou não uma pessoa agressiva quando vitimiza uma criança ("talvez haja... pessoas que abusam da criança com violência e outros não usam de violência" P4), corroborando com os estudos de Perrone e Nannini (2007), que afirmam que um dos perfis que eles identificam são de pessoas que se mostram agressivas, enquanto existem outros abusadores que não evidenciam agressividade e até mesmo não é possível identificá-los perante uma simples convivência, pois seguem as regras civis como a maioria das pessoas.

3) Transmissão transgeracional: a transmissão transgeracional aparece como um tópico na caracterização do abusador, pela possibilidade de ele ter sido vítima no passado. No entanto, considerando o quanto os participantes se dedicaram para uma reflexão sobre o fenômeno, optou-se por considerá-la como uma categoria por si só. Nesse sentido, essa categoria abrange os conteúdos expressos pelos participantes que se referem à transmissão geracional nos casos de abuso sexual intrafamiliar. A participante 3 fala que não consegue entender, nem mesmo chegar a uma conclusão sobre o assunto, mas afirma que não aceita que uma pessoa abuse de uma criança pelo fato de ter sido abusado em sua infância ("pela minha vivência, que é pouca nessa área, que quem sabe seja uma desculpa, né, porque eu acho que há várias formas de tu lidar com a tua sexualidade de uma forma mais tranqüila, de mais respeito. [no caso de abuso sexual] seria uma tara que eu particularmente não consigo entender, né" P3). Confrontando com a afirmação desta participante, Weber, Selig, Bernardi, Salvador e Paraná (2006) apontam que existe a tendência na transmissão entre gerações das experiências vivenciadas na família de origem.

Outra participante do estudo justifica a transmissão entre gerações a partir da sua crença na religião evangélica, afirmando que a explicação encontra-se escrita na bíblia ("Bom, como eu sou evangélica, eu acredito assim e tá escrito na bíblia que essas coisas... todas as coisas, tanto as boas quanto as ruins, que elas se repetem de geração em geração e eu acredito que isso tenha um lado espiritual", "É o que eu sei né... a repetição... a maldição." P4), o que aponta em uma direção oposta a anterior, considerando uma trajetória determinista de repetição do abuso sofrido, inclusive descartando

a possibilidade de uma elaboração saudável do trauma (Gomes, 2005) e atribuindo uma explicação sobrenatural para o fenômeno, que inviabiliza qualquer participação do sujeito na condução do seu próprio destino.

Já as considerações das participantes 5 e 1 vêm ao encontro dos escritos de alguns autores, por exemplo quando a participante 5 afirma que é provável que, ao entrar em contato com a história familiar do abusador(a), se depare com uma vivência dele como vítima, se instaurando a dinâmica familiar abusiva (“a gente vê assim famílias com esse histórico de abuso sexual, uma dinâmica abusiva, né, todos os casos que eu já atendi aqui, e não só aqui, quando tu vai vê assim, isso vai de um grupo familiar e vai passando pro outro, essas situações familiares que a gente vê de abuso, normalmente quando tu vai ver tu encontra na história da mãe uma situação abusiva, na história do abusador algo de um dia ter sido vítima” P5). Jesus (2006) sugere que o sujeito que sofreu abuso sexual pode passar de vítima a abusador por não ter compreendido seu sofrimento de forma consciente, atribuindo algum sentido à experiência sofrida. Através de pesquisas, o autor revela que, de oito crianças abusadas, uma repetirá este padrão de comportamento.

Ao inferir sobre processos conscientes e inconscientes, na mesma direção do entendimento de Jesus (2006), a participante 1 entende que a transmissão geracional pode se dar, pois o abusador que não teve atendimento não saberá sanar suas consequências, podendo repetir com seu filho(a) o abuso (“se uma mãe foi abusada, ou um pai né...e o menino foi abusado pelo próprio pai, hum... olha, pelas consequências que ele teve assim no desenvolvimento dele, ele pode deixar que aquilo aconteça como se fosse...ele tb passou por aquilo” P1). Vários autores (Caminha & Flores, 2004; Granjon, 2000; Jesus, 2006; Penso & Neves, 2008) ressaltam a importância do trabalho psicoterápico para que a vítima de abuso sexual intrafamiliar possa, através deste, elaborar e ressignificar os fatos, não ficando apenas em nível inconsciente, podendo perceber-se e perceber os outros de forma mais ampla e, por fim, podendo não repetir seu sofrimento com outros. Granjon (2000) escreve que o indizível é transmitido, ou seja, se for falado e sentido não apenas em nível inconsciente há a chance deste trauma não ser transmitido através das gerações. Penso e Neves (2008), por sua vez, afirmam que o trabalho terapêutico pode colaborar na reelaboração dos papéis familiares. Sendo assim, ao conseguir repensar, elaborar e ressignificando suas próprias histórias permeadas de traumas e sofrimentos em virtude do abuso sexual sofrido, há possibilidade deste ciclo ser rompido e os cuidadores efetivamente conseguirem cuidar de seus filhos e não mais contribuir com os maus-tratos.

4) Consequências do abuso: abrange os conteúdos expressos pelos participantes que se referem às consequências que entendem que o abuso sexual pode causar nas crianças vítimas com as quais trabalham. Ainda na direção da transmissão transgeracional, a participante 3 refere que a vítima de abuso tem condições de escolher se quer ser abusador ou não, afirmando não aceitar a questão da repetição como consequência (“Eu acho que tem dois aspectos. O primeiro... um negativo e outro positivo. Eu não sei o porquê, né, mas assim dessas diferença assim... só que alguns ficam delinquentes, vão pra prostituição, reproduzem a vivência que tiveram na infância, na família, né, mas não é regra. Muitos não reproduzem, né, por isso que eu às vezes não aceito aquele assim, ah, que eu fui abusado na minha infância por isso que eu sou um abusador. Eu acho que há escolha.” P3). Fica claro o posicionamento desta participante ao inferir que a vítima pode escolher se tornar ou não um abusador. No entanto, na literatura, o questionamento é o quanto é possível considerar-se esse processo como escolha. Alguns autores clareiam este ponto ao escreverem que há fatores traumáticos internos e externos no que diz respeito às consequências que o abuso sexual pode causar. No caso da criança não ter sido protegida por aqueles que deveriam exercer esta função, quando há uma permissão da continuação do abuso, também há uma confusão de papéis familiares, o que pode ocasionar uma confusão de emoções, percepções de si, em que esta criança constrói uma imagem distorcida de si e dos outros, por estar em uma fase da vida em que sua construção psíquica é vulnerável (Prado & Pereira, 2008), sendo este um dos principais motivos pelos quais as vítimas se tornam abusadoras (Furniss, 1993). Nesse sentido, pra os autores citados, parece se depurar a ideia de que, quando não existe uma forma de elaboração saudável da experiência sofrida, a repetição ocorre não como uma escolha, mas como a falta dessa.

A participante 4 ressalta que o sofrimento da experiência de abuso sexual na infância é algo que não se esquece nem com tratamento e que a vítima não consegue confiar em mais ninguém (“por mais que tenha tratamento, não vai esquecer, não vai. Principalmente assim no lado de confiar, não confia nos professores, em ninguém, né. Qualquer adulto que se aproximar pode ser um abusador em potencial...” P4). No que se refere à fala desta participante, Furniss (1993) afirma que a criança sente-se traída por aquele que deveria protegê-la, tendo sua autoestima bruscamente rebaixada, o que pode levá-la a sentir-se suja, desmerecedora de cuidados, eximindo-se do convívio de outras crianças, levando a inibição excessiva. No que diz respeito ao não esquecimento do sofrimento através da terapia, Jesus (2006) fala que a criança tem a chance de ressignificar o abuso, podendo não repetir o padrão familiar, mas nenhum autor pesquisado refere a possibilidade de esquecer o sofrimento.

A participante 5, como referido, explora mais a questão se valendo de um autor eleito pela mesma (“vou usar um pouco a Winnicott assim, uma criança que tá em rumo ao seu desenvolvimento, a integração por parte do seu self né, há uma intrusão ambiental, há uma invasão... [...] toda essa situação de não proteção ambiental que caberia, né, aos pais, às pessoas que cuidam, né, o quê que pode trazer na criança, assim, traumas, às vezes bem precoces” P5). Ao explorar a teoria winnicottiana, a participante fala sobre a importância do ambiente facilitador, afirmando que este é imprescindível para que o bebê venha a se desenvolver de forma saudável. Se o ambiente for facilitador, a criança vai avançando em seu desenvolvimento e conquista a aquisição de tarefas inerentes a sua faixa etária, mesmo que estas sejam complexas. Entretanto, se estes cuidados iniciais não foram suficientemente bons e o ambiente não foi facilitador, havendo perturbações no decorrer do desenvolvimento desta criança, o mesmo pode ser interrompido em alguma etapa, interferindo em todo o seu amadurecimento pessoal, sendo este impedido e esta criança se valendo de proteções diversas para poder sobreviver como conseguir, o que acarretará em dificuldades diversas (Dias, 2003).

5) Sentimentos dos profissionais: abrange os sentimentos que foram relatados pelos participantes no trabalho diário com vítimas de abusos sexual intrafamiliar. A participante 1 revela um sentimento de tristeza e de impotência (“eu me sinto triste, eu to triste assim de pensar que têm crianças tão próximas que passaram por isso... E assim, e a questão de querer fazer alguma coisa assim, mas não tá no meu alcance...” P1). O participante 2 revela a sua sensibilidade, mas a necessidade de controle das emoções (“me sinto tocado, né, me sensibiliza pela questão em si, mas nada que altere muito o meu trabalho, sei lá, só isso” P2). A participante 3, muito emocionada e lacrimejando, expõe um sentimento de identificação (“eu me identifico. Eu me identifico porque, na minha infância, eu vi algumas situações, né, algumas situações de abuso. Então o que acontece é que eu me identifico, tento ser... mais compreensivo” P3). O sentimento de impotência relevado pela participante 1 é o foco da fala da participante 4, inclusive sendo exemplificado por uma experiência vivenciada (“É, às vezes a gente se vê assim, de mãos atadas. Já me aconteceu isso. Eu já tive, já tive o prazer de conversar com as crianças e afirmava a elas, nem sei se eu tinha razão, mas de afirmar que não ia acontecer de novo. Eu dizia pra eles que tudo ia ser diferente e depois eu fiquei sabendo que eles foram adotados por um casal em que o pai era militar e diz que o pai acabou não se adaptando a eles e eles foram pra um orfanato na França... e isso fazem... olha fazem 14 anos e eu nunca vou esquecer essa história. Porque ficou uma coisa assim, muito, eu fiquei traumatizada, por isso que eu digo, né, a gente diz pra eles: Não, isso que aconteceu não vai acontecer mais, vai ser diferente! E tu vê uma coisa assim... e fica com as mãos atadas pra ajudar” P4). As falas dos participantes revelam a dificuldade enfrentada no trabalho com as crianças vítimas sendo ressaltados somente sentimentos difíceis de serem vivenciados no cotidiano profissional. Importante enfatizar que a fala da participante 5 não foi inserida, porque a mesma não explanou sobre seus sentimentos, e sim sobre questões de trabalho mais objetivas, evidenciando a dificuldade de se colocar sentimentalmente em questões tão complexas.

Considerações finais

A partir da análise de conteúdo das entrevistas foi possível perceber algumas ideias equivocadas dos participantes. Ao analisar a fala de uma participante, quando afirma que “O que me preocupa é esse outro tipo que acostuma e fica até participando... ham... e feliz com isso né...”, percebe-se um importante equívoco ao referir que a vítima fica feliz em ocupar este

lugar, por não ter saído dele. Entretanto, vale destacar que a criança vítima de abuso não tem maturidade psíquica suficiente para ser responsável por ocupar ou não o lugar de vítima. Outra fala que denuncia inconsistência no que diz respeito a esta dinâmica familiar abusiva é a afirmação de que o abusado tem só que escolher se quer ser abusador ou não, expondo uma ideia, na qual ignora os processos inconscientes, ressignificações, elaborações, que o impede de entender que ser ou não abusador está para além de uma simples escolha consciente. Entende-se que um profissional que trabalha diretamente com crianças que foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar que pensa em questões tão importantes de maneira tão simplória e equivocada acabará por ter dificuldades em exercer os cuidados necessários e poderá manejar situações de maneira inadequada, proporcionando um ambiente no qual a criança novamente não se sentirá compreendida, reforçando suas fantasias de ter sido culpada pelo abuso e consequentemente pela destruição de sua família.

Já os mesmos participantes em outras questões levantadas pela entrevista e até mesmo outros participantes corroboraram os dados de estudos já realizados sobre a temática de maneira a virem ao encontro de teorias exploradas neste estudo e, inclusive, citando outras que complementaram o trabalho em questão. Uma participante, em especial, evidencia um entendimento mais complexo da dinâmica familiar, possivelmente podendo haver um trabalho de maior qualidade no que se refere aos cuidados com as crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar. As palavras dela deixam claro que o ambiente em que a criança está inserida será de suma importância para o seu desenvolvimento pessoal, inclusive, evidenciando que traumas causados neste período de desenvolvimento podem impedir que o mesmo continue, acarretando em problemas na aprendizagem e em outros âmbitos de sua vida. A mesma participante continua ao encontro das teorias exploradas, ao inferir que “essas situações familiares de abuso,

normalmente quando tu vai ver tu encontra na história da mãe uma situação abusiva, na história do abusador algo de um dia ter sido vítima” concordando com a repetição de padrões familiares, pelos envolvidos não terem tido chances de elaborar o trauma sofrido. A partir do exposto é possível entender que um profissional que tem uma compreensão ampla e profunda sobre a problemática na qual trabalha diariamente, poderá exercer sua função de forma mais adequada, proporcionando maior qualidade de vida para si e para os que dependem de seu trabalho.

Chamam atenção também os sentimentos descritos pelos participantes (tristeza, impotência, necessidade de controle de emoções perante a sensibilidade e identificação com as situações de abuso vivenciadas). Todos os sentimentos descritos foram de grande intensidade, sendo manifestados de forma emotiva, e se referem a sentimentos pesados, que exigem capacidade emocional dos profissionais para lidar com eles no dia-a-dia. Predomina a sensação de impotência o que impacta pela dúvida sobre o quanto os profissionais poderão auxiliar efetivamente as crianças sentindo-se “de mãos atadas”. Entendendo que o cuidado com aqueles que estão acolhidos é exercido pelos profissionais que trabalham diretamente com eles, fica evidente que é necessário um cuidado maior com o cuidador para qualificar o ambiente onde estas relações se estabelecem. Nesse sentido, urge a necessidade de intervenções de cuidado com o cuidador, a fim de que esses profissionais possam ser ouvidos e acolhidos em suas angústias e necessidades, sendo potencializados para que se sintam ainda mais implicados no acolhimento que podem realizar junto às crianças vítimas de abuso sexual e fortalecidos em sua vivência profissional, assim evitando que se instaure um ambiente que proporcione a repetição de situações abusivas e de maus-tratos, construindo um ambiente favorável à elaborações, simbolizações e ressignificações.

Referências Bibliográficas

- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11 (3), 559-578.
- Almeida-Prado, M. C., & Feres-Carneiro, T. (2005). Abuso sexual e traumatismo psíquico. *Interações*, 10 (20), 11-34.
- Baptista, R. S., De França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21 (4), 602-608.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2006). *Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes*. Brasília
- Braun, S. (2002). *A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo*. Porto Alegre: AGE Ltda..
- Brino, R. F., & Williams, L.C. A.. (2003). Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. *Interação em Psicologia*, 7 (2), 1-10.
- Caminha, R. M., & Flores, R. Z. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 16, 158-167.
- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar manejo terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gomes, I. C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso. *Boletim de Psicologia*, 55 (123), 177-188.
- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: O. B. R. Correa (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.
- Jesus, N. A. (2006). O círculo vicioso da Violência Sexual: Do ofendido ao Ofensor. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (4), 672-683.
- Mees, L. A. (2001). *Abuso sexual: trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

- Pelisoli, C.; Teodoro, M., & Dell'Aglio, D. (2007). A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: Estudo de caso. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 59 (2), 10-12.
- Penso, M. A., & Neves, V. L.. (2008) Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. (pp. 123-142). In: M. A. Penso & L. F. Costa (orgs). A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus.
- Perrone, R., & Nannini, M.. (2007). Violência y abusos sexuales em la familia: una visión sistêmica de las conductas sociales violentas. Buenos Aires: Paidós.
- Prado, M. C., & Pereira, A. C. C. (2008). Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. Estudos de Psicologia, 25 (2), 277-291.
- Salter, A. C. (2009). Predadores: pedófilos, estupradores e outros agressores sexuais: quem são, como agem e como podemos proteger a nós mesmos e a nossos filhos. São Paulo: M. Books.
- Silva, C. S., & Kein, C. (1999). Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet. Rio de Janeiro: Garamond.
- UNICEF. (2011). Disponível em <<http://www.unicef.org.br/>> Acesso em 11 de setembro de 2011.
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais. Paidéia, 16 (35), 407-414.

<i>Recebido em:</i>	15/07/2013
<i>Enviado para análise em:</i>	16/08/2013
<i>Texto revisado pelos autores em:</i>	02/09/2013
<i>Aprovado em:</i>	04/09/2013
<i>Editor responsável:</i>	Vinícius Renato Thomé Ferreira